

# Da Poliarquia à Oligarquia?

Eleições e demanda por  
renovação parlamentar

*Wanderley Guilherme dos Santos*

*RESUMO. A análise da relação entre comportamento eleitoral e sistemas partidários mostra as características do sistema representativo no Brasil nos níveis federal e estadual. O artigo demonstra como metodologias acuradas conjugadas ao uso de dados estatísticos podem aprofundar o estudo da vida política brasileira. A principal conclusão do autor é que o sistema partidário propicia — e o eleitorado aproveita — as oportunidades de oxigenar a vida política, renovando parte importante da representação, em nível federal e estadual.*

## I

Comportamento eleitoral e sistemas partidários constituem campo fértil para acompanhar o impacto ora sucessivo, ora simultâneo de inovações metodológicas ou conceituais no desenvolvimento de uma área específica de conhecimento. O primeiro estudo de Paul Lazarsfeld, *The People's Choice*, ao importar o uso sistemático de técnicas estatísticas para as investigações sobre comportamento eleitoral, provocou profunda modificação nos padrões de trabalho da disciplina. O conceito de rigor adquiriu significado mais severo não obstante conceito mais básico, o de *medida*, se haver perdido ao longo da trajetória em que a disciplina se tornava formalmente mais exigente.<sup>1</sup> Contemporaneamente, a robotização de formalismos vem favorecendo a proliferação de refinados exercícios de transformações simbólicas que, a rigor, são confusas quanto ao problema metodológico da

---

Wanderley Guilherme dos Santos é professor do IUPERJ e pesquisador do LEEX.

mensuração, além de praticamente vazias de conteúdo cognitivo. Vultoso esforço para coleta e sistematização de enorme quantidade de observações tem resultado, na análise da problemática da democracia, por exemplo, em completo desperdício. Com efeito, qual o significado da informação de que, entre 1960 e 1965, a Holanda passou do valor 99,9 para o valor 99,7 no índice de democracia política, enquanto Honduras transitou de 70,1 para 50,0?<sup>2</sup> Contudo, se abundam acrobacias equivalentes, é inegável a mudança, para melhor, no artesanato de investigação.

Foram igualmente relevantes os desdobramentos teóricos das novas técnicas de pesquisa. Por dois séculos, no mínimo, tomou-se por axiomático que os cidadãos de uma poliarquia seriam dotados de certas qualificações, consideradas requisitos essenciais para o desempenho eficaz do sistema.<sup>3</sup> Um cidadão democrático seria atento aos negócios públicos, informado, consciente de suas preferências e de sua ordem de prioridades. Finalmente, um cidadão democrático seria racional, em sua versão instrumental, isto é, dotado de transitividade: se prefere *A* a *B*, e *B* a *C*, então, necessariamente, há de preferir *A* a *C*. A descoberta de que uma democracia podia ser composta por cidadãos desatentos, mal informados, confusos e “intransitivos” foi teoricamente cataclísmica.

A reformulação operada na doutrina democrática durante as décadas de 1950 e 1960 beneficiaram-se tanto de explorações teóricas (David Truman, *The Governmental Process*; Robert Dahl, *A Preface to Democratic Theory*), quanto da repetição de investigações empíricas e competição entre as “escolas”. Embora publicado no mesmo ano de *A Preface, 1957, An Economic Theory of Democracy*, de Anthony Downs, ainda não havia estimulado, no início dos anos 1970, a exuberante produção teórica e de pesquisas sobre a racionalidade maximizadora intrínseca tanto ao comportamento político quanto ao econômico.

Talvez não seja excessivo simplismo considerar que é de Downs, de James Buchanan e Gordon Tullock (1962) e de Mancur Olson, Jr. (1964) a inspiração para as correntes, mais convergentes do que conflitantes, que monopolizaram a atenção dos especialistas durante os 1980 e grande parte dos anos 1990: a escola da escolha racional (e associada metodologia derivada da teoria dos jogos), os estudos sobre ciclos econômico-eleitorais e o que, durante certo período, foi denominado “correlatos econômicos da democracia”. Esta hegemonia da unidimensionalidade do comportamento esterilizou os modelos analíticos, empobrecendo a complexidade da teoria pluralista (sociologicamente ricos desde Truman e Schattschneider) e escondendo o espinhoso problema do impacto das variáveis subjetivas (ideo-

lógicas, culturais, “irracionais”) na explicação de processos políticos. Toda a tradição institucionalista, da cultura cívica, dos interesses nem sempre coerentes dos atores — e não, apenas, do solitário critério maximizante —, foi desprezada. Ao inovador *Civic Culture*, de Gabriel Almond e Sidney Verba, esquecido por deficiência de sofisticação metodológica, juntaram-se *A Theory of Justice*, de John Rawls, *The Great Transformation*, de Karl Polanyi e toda a escola austríaca (Mises e Hayek, os grandes discípulos, como também o fora Polanyi, de Carl Menger). Enfim, as ousadias desbravadoras, e vulneráveis certamente, cederam lugar às centenas de medíocres clones das análises multivariadas, cuja complicação estatística esteve altamente correlacionada à trivialidade das hipóteses.

A seara unidimensional foi profícua, contudo. Não é necessário ir aos extremos de hostilidade de Bernard Grofman (1996) nem à reciprocidade de exigências e de juízos severos de Donald Green e Ian Shapiro (1994) para admitir, reconhecendo o dogmatismo castrador da abordagem unidimensional, a riqueza teórica de, por exemplo, *The Limits of Liberty*, de James Buchanan, ou de *Social Dilemma*, de Gordon Tullock. É perfeitamente possível, ademais, apreciar a elegância, preciosas descobertas empíricas e o rigor dos volumes de Tollisson e colegas (1981) sem tornar-se converso de seitas paralegais que se instalam no claro-escuro da associação entre uma espécie de máfia de “*godfathers*” e círculos acadêmicos (McCormick e Tollisson, 1981; Ekelund, Jr. e Tollisson, 1981). Afinal, existe uma diferença, cedo ou tarde perceptível, entre um empreendimento intelectual de porte e o dandismo turístico-conceitual dos “*breakdowns*”, “*transitions*” e “*consolidations*” das democracias que proliferam a cada golpe de estado — seja para “inaugurar” seja para ocupar “interinamente” o lugar das democracias.<sup>4</sup>

Ao retomar o rumo da boa marcha, volta-se a estudar a motivação complexa do comportamento dos políticos e dos eleitores. Se, em *The Personal Vote*, verifica-se que a prestação de serviços a eleitorados específicos não garante automaticamente a reeleição de parlamentares, *The Rational Public* restitui racionalidade e dignidade ao eleitorado, revelando, com apoio em robusta evidência, que o eleitor distingue, e o faz muito bem, quem melhor representa seus interesses (no plural) e que não se deixa facilmente subornar pelo que Lowi classificaria como políticas distributivas.<sup>5</sup> Estão recuperados o ineditismo civilizatório, a complexidade e o buquê de enigmas que as democracias contemporâneas representam. A começar pela cronologia, dia, mês e ano do nascimento de cada uma, taxa de mortalidade, frequência de “enfermidades” próprias da adolescência e, em particular, a elucidação

de um núcleo de questões absolutamente essenciais: existe um “teto”, um limite superior à democratização? Tornam-se as democracias imortais, atingidas certas condições ecológicas bem específicas ou existirá sempre a possibilidade de um retrocesso? Há casos patológicos de países condenados a recaídas cíclicas no autocratismo? E, se sim, por quê?

A urgência de investigações sobre essa agenda adquire realismo quando, afastados os preconceitos gerados pelos processos de difusão de idéias e de imitação de comportamento, já conhecidos por Gabriel Tarde, e recém-retomados por Sperber (1996) e W. Brian Arthur (1996), verifica-se que o simples critério de participação eleitoral universalizada (tendo por única barreira a idade, de magnitude, aliás, nacionalmente variável), a Inglaterra só concedeu direito irrestrito de voto às mulheres depois da Primeira Guerra Mundial, em 1928, algo que a Suíça só veio a fazer antea-tem, em 1971. Ao longo do século XX, todas as atuais democracias européias consideradas antigas, para não dizer clássicas, foram regimes oligárquicos, em que prevaleciam inúmeras restrições à participação, fraude e corrupção eleitorais, violência associada à competição política, em muito semelhantes à Velha República brasileira (1889-1930) que, a propósito, não experimentou *nenhuma interrupção institucional* em seu trajeto evolucionário. Para ser mais preciso na comparação, do golpe de mão de 1841 até 1930, somente o salto do autocratismo monárquico para um sistema representativo (ainda que oligárquico), ocorrido em 1889, produziu-se de maneira desviante de um processo evolutivo “normal”. Para surpresa de muitos, talvez, a história institucional brasileira do último século e meio foi mais estável (de acordo com o mesmo conjunto de padrões oligárquicos e democráticos válidos para o resto do mundo) do que os trajetos alemão, francês e italiano, e consideravelmente menos turbulento do que as histórias espanhola, portuguesa ou grega. Essa mesma comparação torna-se finalmente fútil, por incomensurável, se se dispõem lado a lado a evolução do Brasil e o que ocorreu no último século e meio em todo o resto da América Latina e Central, na Europa Oriental, na África e na Ásia. Tratar como um bloco os “países em desenvolvimento” ou instáveis, politicamente subdesenvolvidos etc., é arriscar-se a sucessivos fracassos, tal como a inflação tipológica recente o comprova.

Sabe-se pouco do evolucionarismo oligárquico-poliárquico, e o que se sabe está deformado por evidências incompletas, interpretações etnocêntricas, fragilidades teóricas e, sobretudo, viciado por indigente autocrítica. Organizar politicamente a cooperação produtiva regular e previsível de milhões de pessoas com um mínimo de coação e em condições de

conflitos potenciais sem precedentes permanece o desafio mais dramático da humanidade. Não por acaso, *nunca* a espécie humana dizimou deliberadamente extraordinário número de membros da própria espécie antes de instaurar outro percurso da oligarquia rumo à poliarquia. Na fisiologia delicada do coração da matéria, encontra-se o misterioso laboratório em que se misturam a subjetividade humana e os estímulos do mundo — o *ego* e o *alter* em interação eleitoral-competitiva.

O processo eleitoral é o mais importante rito de massa da sociedade industrial. A articulação causal que existe entre esse rito em larga escala e as conseqüências que ele presumivelmente acarreta — a saber, as políticas substantivas subseqüentes — é apenas ligeiramente menos imponderável do que o caráter causal atribuído pelos ritos de fertilidade, nos grandes impérios antigos, à articulação entre as cerimônias protagonizadas pelos governantes e a marcha ordenada do calendário, a sucessão das estações climáticas e o sucesso na produção agrícola. Mesmo as sociedades totalitárias contemporâneas não abdicaram do rito eleitoral como evidência da origem remota dos comportamentos a serem posteriormente implementados. O ato de votar é a matriz mágica, demiúrgica, do universo político contemporâneo.

Todavia, o impacto do processo eleitoral se dá, fundamentalmente, não nas práticas políticas subseqüentes, mas na *estrutura da representação*. O processo eleitoral é o mecanismo mais amplo e público de recrutamento da elite política, sob a forma de representação, e é para este efeito que a disputa eleitoral aparece como causa eficiente. O modo como a representação integra-se à rede do processo decisório global é algo obscuro, complexo e remoto. Transparente é a eventual modificação que se opera na estrutura da representação em conseqüência dos resultados eleitorais. E a modificação que mencionamos não é apenas partidária, mas pessoal, *nos representantes*. O efeito elementar do processo eleitoral é que vários candidatos não se reelegem, enquanto novos nomes, inteiramente ou quase desconhecidos até então, se incorporam à representação.

O conceito que se tem do sentido da representação — como delegação de um estrato eleitoral, como mandato nacional (Burke), ou mero nome para indicar um estrato da elite política<sup>6</sup> — pode variar, e, provavelmente, variará em função da opinião correlata sobre a articulação da representação com o resto do sistema político. Continuará inegável, entretanto, o dado básico de que cada período eleitoral implica maior ou menor renovação, maior ou menor conservação da representação existente. Renovação-inovação ou conservação-rotina é a dimensão imediatamente afetada pelos re-

sultados eleitorais, e qualquer que seja a concepção sobre as conseqüências políticas do ato eleitoral, estas se fazem sentir pela mediação da estrutura da representação política.

Os estudos eleitorais ocupam-se em determinar a relação existente entre um conjunto de atributos (geográficos, econômicos, educacionais etc.) e a distribuição dos votos por partidos. Entre os atributos estudados, encontra-se a própria filiação partidária, e é freqüente encontrarmos conclusões, tais como:

*The election outcome in the population or subpopulations, then, may be construed as the result of short-term forces acting upon a certain distribution of party loyalties which have characterized the population. (Converse, 1966)*

Às vezes a conclusão é expressa em termos ainda muito mais fortes. Lazarsfeld e seus associados, por exemplo, consideram que, na campanha de 1940,

*a person's vote was not determined by his own opinion on any one of the specific campaign issues, but his opinion on these issues were instead determined by his party loyalty. (Lazarsfeld et alii)*

Investigações posteriores, contudo, obtiveram resultados suficientes para uma reelaboração da conexão entre opiniões e atitudes do eleitorado e filiação partidária, conduzindo a afirmações mais cautelosas como

*it is not true that attitude toward the several elements of politics are only reflections of party loyalty or group membership or of other factors that may lead to perceptual distortion. (Campbell, p.31).*

Em conseqüência, tudo que parece seguro afirmar, no presente estágio de informação, é que

*no one who has taken a careful look at the data of voting research can still believe that party identification is of slight significance for individual behavior. (Stokes:1966:125, ênfase do texto)*

O acréscimo de conhecimento na matéria, portanto, reduz-se à afirmação de que a filiação partidária é não suficiente, porém importante na decisão do eleitor. Correto. Reclama-se, agora, aprofundar essa percepção e investigar até que ponto a filiação partidária é importante, em que condições o é, e quando deixa de ser. Claro, a mensuração da importância da filiação partidária é simultaneamente uma investigação sobre a importância do eleitorado personalista, de carisma ou cartorial, o que implica análise eleitoral *por candidato*, isto é, os processos de renovação e rotina da

representação.<sup>7</sup> Uma opinião bem fundada sobre a extensão em que o eleitorado vota ideologicamente depende em grande parte de uma análise da extensão em que o eleitorado acompanha os candidatos trânsfugas.<sup>8</sup> Assumir que a votação partidária corresponde a uma votação prioritariamente política, ainda que possa ser correta, *grosso modo*, esconde todavia o escopo do que, dentro dessa votação partidária, pertence à votação individual. Inversamente, ao se assumir que o demagogo, o pequeno líder populista, o condutor carismático, possuem uma votação estritamente pessoal, está-se supondo que a resposta do eleitorado permanecerá inalterada face a qualquer mudança partidária dos representantes. Novamente, os casos mais espetaculares de líderes populistas (âmbito nacional) parecem corroborar essa presunção. Entretanto, aquilo que pode ser verdadeiro no nível nacional, e de repercussão espetacular, pode ser falso em níveis mais elementares de representação.

Apenas para efeito de argumentação, penso ser plausível imaginar o eleitorado composto por quatro tipos principais de eleitores: eleitores ideológicos, eleitores cartoriais, eleitores de carisma e eleitores circunstanciais.<sup>9</sup> A classificação explica-se por si mesma e cabe apenas mencionar que na última categoria incluímos todo eleitor que apresenta razões inteiramente assistemáticas para seu voto, por exemplo, “um amigo pediu”, “casualmente ouviu um discurso que o agradou”, “parente de um conhecido” etc. Seguramente a composição da população eleitoral, de acordo com essas categorias, varia *intranacionalmente* e *internacionalmente*. Mais ainda, muito possivelmente, varia também em função do tempo, quer dizer, de novas gerações de eleitores, e do clima político. É sabido que a nova geração eleitoral brasileira parece ser ponderavelmente distinta, em sua composição, quanto à votação ideológica, circunstancial etc., da geração imediatamente pré-1964. Se assim é, as grandes mudanças de orientação eleitoral, no nível agregado, são basicamente uma função das mudanças na composição individual do eleitorado, não significando, necessariamente e sempre, uma mudança de persuasão político-partidária da população.

Se acrescentarmos a essa diferenciação do eleitorado a diferenciação “natural” de estratos sócio-econômicos, obteremos, então, subpopulações eleitorais com variados perfis de composição, e a renovação e/ou conservação da representação vai ser finalmente uma reprodução no nível do recrutamento político da distribuição desses tipos de eleitores pelas diversas posições sociais. Ganham sentido, em consequência, questões como: até que ponto está o eleitorado da classe média, num determinado ponto no tempo, disposto a tolerar mudanças partidárias de seus líderes? E o eleito-

rado operário? E a resposta, é claro, dependerá da porcentagem do eleitorado de carisma, somada à porcentagem do eleitorado cartorial, ou parte dele, e mais parte do eleitorado circunstancial.

Enfim, dois conjuntos de estudos — estudos sobre comportamento eleitoral e os tradicionais estudos sobre populismo — assentam-se sobre duas premissas, a saber: a identificação de votação partidária com definição política e a identificação de votação pessoal com votação populista — que só podem ser esclarecidas com base em estudos sistemáticos das votações individuais dos políticos, resultando, no agregado, em posições do eleitorado ao longo das dimensões renovação *versus* rotina.

A investigação sistemática dos votos inovadores e de rotina interessa ainda, de maneira crucial, ao processo de socialização da elite política. O conservador Alcindo Sodré (1933) objetava à intervenção dos tenentes na vida política, após a Revolução de 30, apoiado na premissa de que política se aprende fazendo. O que se aprende fundamentalmente são técnicas de negociação, de formação de coalizões, de promoção de consenso — aprendizado que requer certas qualificações psicológicas ou, pelo menos, a inexistência de “calos” profissionais incompatíveis com a natureza do aprendizado. A eficácia política da representação, portanto, depende da habilidade com que os papéis políticos são desempenhados, e a total renovação da representação, a cada oportunidade eleitoral, obrigaria ao aprendizado completo, descontínuo, das qualificações da profissão. Para efeito de socialização política dos representantes, a existência de um *quantum* de conservadorismo, de permanência de representações anteriores, é indispensável.

Em outra vertente, toda uma tradição de análise política acentua a necessidade de renovação da elite como estratégia contraceptiva de decadência do sistema político. Mosca e Pareto, sobretudo, mas também Michels (1965), em certo sentido, assinalam os riscos de um fechamento do grupo dirigente, conduzindo a uma incapacidade de inovar comportamentos e respostas face a novas ou velhas situações. O requisito de renovação decorre assim da mesma fonte de onde decorre o requisito de permanência, a saber, a eficácia política da representação. Qual deve ser o balanço ótimo entre renovação e permanência, entre voto inovador e voto de rotina? Em que medida desvios em relação a essa definição teórica de ótimo podem ser tomados como indicadores de oligarquização do sistema político (baixo índice de renovação)? Em que condições podem ser tomados como prenúncios de rebelião eleitoral (baixo índice de permanência)? Há toda uma área de questões ligadas à estabilidade e à eficiência do sistema político, na medida em que isso depende da habilidade e eficiência da



representação, que serão esclarecidas ao se elaborarem instrumentos de análise adequados.

No processo eleitoral, regula-se vasto mecanismo *público* de recrutamento político. Seu impacto imediato é sobre a estrutura da representação, ao longo das dimensões renovação e permanência. Qualquer influência do processo eleitoral sobre outros segmentos do sistema político, e especialmente sobre os processos de decisão, faz-se pela mediação da estrutura da representação resultante da agregação de milhões de votos individuais em candidatos individuais (em sistemas de listas abertas ou modificáveis). O papel do partido e/ou do líder carismático e/ou do líder cartorial na determinação do voto individual é uma questão a ser esclarecida de modo mais rigoroso quando se acumularem investigações sobre a dicotomia voto inovador/voto de rotina. Até lá, as conclusões sobre a suficiência da identificação partidária para a decisão eleitoral constituem salto não autorizado pelas análises empreendidas. É possível que sejam verdadeiras, porém os caminhos para chegar-se a elas podem e devem ser refinados. Nesse sentido, obter-se-á melhor conhecimento da estrutura do eleitorado, que não é composto apenas de eleitores ideológico-partidários e de eleitores personalistas. Existem também os eleitores cartoriais e os eleitores de circunstância. Provavelmente, o impacto de uma série de fenômenos sobre a decisão eleitoral (baixo e alto estímulo eleitoral, maior ou menor intensidade da campanha etc.), já identificados pelos estudos eleitorais, será diferenciado, isto é, variará de um tipo de eleitor para outro.

O conceito de voto inovador e voto de rotina é estratégico para esclarecimento da significação imediata do processo eleitoral — a estrutura da representação — e, incidentalmente, para uma percepção mais realista do papel do partido, do líder, na determinação do voto individual.<sup>10</sup> Em continuação, apresenta-se uma definição de ambos os conceitos de modo a permitir, partindo de uma análise agregada de resultados eleitorais, inferir variações sobre mudanças individuais de voto ocorridas em relação a candidatos e não a partidos. Trata-se, no que se segue, de um conjunto de proposições estritamente analíticas com o objetivo de descrever de maneira tão discriminada quanto possível um conjunto específico de fenômenos.<sup>11</sup>

## II

Medir o conservadorismo eleitoral no Brasil equivale a esclarecer parte da contribuição do eleitorado para a caracterização da trajetória oligarquia-poliarquia, na medida em que se descreve a *demanda* por renovação de elites eletivas revelada pelo processo eleitoral. Os limites institucionais dos resultados devem ser tomados com cautela e serão mencionados na conclusão. Por ora, esclareça-se que a pesquisa simplificou o modelo, procedendo à computação entre cada par de eleições sucessivas. Assim, não foi medida a taxa de reincorporação à representação daqueles que, sendo derrotados em uma eleição, tenham saído vencedores posteriormente. A reincorporação daqueles que, por decisão própria, abandonaram a competição e voltaram depois a ela também não foi catalogada. Finalmente, não foram revelados os motivos da desistência — se abandono completo ou candidatura a posto diferente do que o representante possuía. Reiterando: o modelo aqui aplicado consiste em variante do original e é assim definido:

$$RENL = RENB - (RENC + RENV),$$

do qual se poderão derivar as taxas de renovação líquida, de renovação compulsória e de renovação vegetativa (por aumento do tamanho da representação) para doze eleições compreendidas entre 1945/1947 e 1994 (das treze eleições transcorridas, a primeira representa nosso  $t = 0$ , da qual resultam doze comparações entre pares sucessivos), para a Câmara Federal e para as Assembléias Legislativas.

O conceito de elasticidade-renovação foi aqui refinado, sendo agora o resultado da comparação direta entre proporção de renovação líquida (substituição de ex-representantes) e proporção conservada (taxa de reeleitos), conforme a seguinte fórmula:

$$E = \frac{\text{Taxa RENL}}{\text{Taxa REELEITOS}}$$

o que indica o impacto da demanda por renovação, ponderando pela tendência à oligarquização, e descontada a renovação compulsória (substituição de desistentes) e a renovação vegetativa (aumento no tamanho da representação).

Em 330 eleições disputadas para a Câmara Federal, entre 1945 e 1994, apresentaram-se, no total, 20.427 candidatos, distribuídos entre estreantes e recandidatos, que pleiteiam 5.154 vagas, em média de 4 candidatos por

vaga, no período. Nas 289 eleições para as Assembléias estaduais, o contingente de postulantes foi, naturalmente, bem maior: 54.829 candidatos para 12.010 postos. A média, contudo, de 4,5 candidato por vaga, não discrepou significativamente da média federal.<sup>12</sup>

O número de partidos parlamentarmente *representados* — com frequência bem inferior ao daqueles que *concorrem* às eleições — alcançou a cifra de 135 na Câmara Federal, mas isso não significa que, no período, 135 partidos circularam nos corredores do parlamento, pois não são completamente diferentes a cada legislatura. Aliás, dos 13 partidos parlamentarmente representados em 1962, 12 já vinham desde as eleições de 1950, assim como foram os mesmos dois da eleição de 1966 à 1978 e dos 18 parlamentarmente representados em 1994, 12 (67%) vêm desde 86. Adicional refrigério para o susto que o número de partidos possa provocar, tenha-se presente que, em cada um dos dois períodos polipartidários sem constrangimentos (1945-1962 e 1982-1994), os quatro maiores detinham cerca de 85% da representação, no primeiro período, e os cinco maiores, 73%, no segundo. Opera aqui o efeito-trânsfuga, sem dúvida, mas o trânsito dos parlamentares entre legendas não altera a observação de que a escala da aparente pulverização partidária revela-se não mais do que como mera aparência.

A concentração da representação parlamentar em razoável número de partidos permite compreender que, *governativamente*, a Câmara Federal brasileira nunca esteve próxima da superpopulação partidária. Ao contrário, o número de *partidos efetivos* em operação na Câmara sempre foi extraordinariamente baixo, com ou sem ditadura do Executivo, padrão só alterado nas eleições de 1990 e 1994. E isso vale também para a representação dos estados, na Câmara Federal, e igualmente para as próprias Assembléias estaduais.

É natural interpretar-se o número de partidos nominais como indicador do grau de dispersão partidária no parlamento, supondo-se que cada sigla pese igualmente no governo do parlamento. O jogo não se desenrola assim, porém. O índice de *dispersão partidária efetiva*, que sugiro, consiste justamente na distância que vai entre o número de partidos efetivos e o de partidos parlamentarmente representados: se a cada partido nominal correspondesse força suficiente para torná-lo efetivo, teríamos, aí sim, o máximo de dispersão possível, dado o número de partidos com assento no Congresso. Tomando-se, porém, o valor do número de partidos efetivos como proporção do *máximo* que poderia alcançar, dado o parâmetro nominal, verifica-se que, mesmo nas eleições historicamente desviantes de 1990 e 1994, o

TABELA 1

Número de partidos efetivos e número de partidos nominais  
Câmara dos Deputados, estados, 1945/1994

	1945		1950		1954		1958		1962		1966		1970		1974		1978		1982		1986		1990		1994	
	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.
RO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,8	2	1,8	2	1,2	2	4,0	5
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	1,9	2	2,0	2	1,8	2	1,7	2	2,0	2	2,0	2	2,0	3	1,9	2	2,5	3
AM	2,6	3	3,2	4	1,7	2	3,7	5	2,8	3	1,7	2	1,6	2	1,9	2	1,7	2	2,0	2	2,5	3	4,5	5	3,2	4
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,0	2	3,9	5	3,2	5
PA	1,9	3	2,4	3	2,3	3	2,8	3	3,5	4	1,4	2	1,6	2	1,7	2	1,9	2	1,9	2	1,6	3	4,0	7	4,0	7
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,6	2	3,1	5	4,0	5
TO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,8	4	4,0	4
MA	1,7	2	2,5	4	1,4	2	2,1	3	1,8	3	1,4	2	1,3	2	1,2	2	1,3	2	1,4	2	2,5	3	5,5	10	3,9	7
PI	1,9	2	1,9	2	3,2	4	3,2	4	2,8	3	1,2	2	1,3	2	1,2	2	1,0	2	1,7	2	2,6	3	2,9	4	3,3	4
CE	2,2	3	2,2	3	3,3	5	4,2	6	3,5	5	1,5	2	1,4	2	1,4	2	1,6	2	1,5	2	2,5	4	5,1	7	3,1	6
RN	2,3	3	2,5	3	2,8	3	3,2	4	3,7	4	1,0	2	1,7	2	1,8	2	1,8	2	1,8	2	2,4	3	3,1	4	2,2	3
PB	1,7	2	2,7	3	3,1	4	2,7	3	2,6	3	1,8	2	1,8	2	1,8	2	1,8	2	1,9	2	2,2	3	4,2	5	2,4	4
PE	2,8	5	2,7	5	2,7	6	3,3	6	3,1	6	1,4	2	1,4	2	1,6	2	1,8	2	1,9	2	2,1	3	3,6	6	3,4	7
AL	1,7	2	2,8	3	2,7	5	4,8	5	3,9	5	1,7	2	1,4	2	1,7	2	1,7	2	1,8	2	2,5	3	3,5	5	7,5	8
SE	1,9	2	4,4	5	3,7	5	2,3	3	3,2	4	1,3	2	1,0	2	1,4	2	1,7	2	1,6	2	2,4	3	2,8	4	4,6	5
BA	2,5	5	3,3	4	3,3	6	3,6	5	3,6	6	1,4	2	1,3	2	1,4	2	1,6	2	1,8	2	2,2	4	6,6	12	4,6	11
MG	2,7	4	2,9	4	3,1	5	3,1	4	3,2	6	1,5	2	1,4	2	1,8	2	1,9	2	2,0	3	2,0	6	7,4	11	6,8	11
ES	1,3	2	2,6	4	2,6	4	3,2	4	4,5	5	1,6	2	1,7	2	1,8	2	1,8	2	1,9	2	1,8	3	2,1	3	5,0	6

	1945		1950		1954		1958		1962		1966		1970		1974		1978		1982		1986		1990		1994	
	PE.	N.P.	PE.	N.P.	PE.	N.P.	PE.	N.P.	PE.	N.P.	PE.	N.P.	PE.	N.P.	PE.	N.P.	PE.	N.P.	PE.	N.P.	PE.	N.P.	PE.	N.P.	PE.	N.P.
ES	1,3	2	2,6	4	2,6	4	3,2	4	4,5	5	1,6	2	1,7	2	1,8	2	1,8	2	1,9	2	1,8	3	2,1	3	5,0	6
GB	2,7	4	3,1	5	4,1	6	3,6	5	3,0	6	1,7	2	1,8	2	,6	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RJ	2,3	4	3,1	4	3,0	3	3,9	5	4,7	7	1,9	2	1,9	2	1,9	2	1,5	2	3,6	5	5,0	9	4,9	15	9,9	13
SP	3,3	6	4,0	5	5,9	9	6,8	10	7,4	10	1,9	2	1,6	2	1,8	2	1,7	2	2,8	4	3,6	9	7,4	11	6,8	13
PR	1,9	3	3,5	4	4,2	5	3,6	6	3,9	5	1,4	2	1,3	2	2,0	2	1,9	2	1,9	2	1,4	3	5,5	7	7,1	9
SC	1,5	2	2,5	3	2,3	3	2,3	3	2,5	3	1,4	2	1,7	2	1,9	2	1,9	2	2,0	2	2,4	3	4,1	6	4,4	5
RS	1,6	5	2,8	5	3,1	5	2,3	4	3,2	7	1,9	2	1,9	2	1,9	2	1,9	2	2,7	3	2,7	5	4,1	6	5,4	7
MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	1,7	2	2,0	2	2,4	3	3,9	5	4,6	6
MT	1,7	2	2,5	3	2,3	3	2,5	3	2,4	3	1,6	2	1,0	2	1,6	2	1,6	2	2,0	2	2,0	3	3,5	4	8,0	8
GO	1,7	2	2,3	3	2,6	3	2,2	4	2,7	4	1,8	2	1,8	2	1,8	2	1,9	2	1,7	2	1,8	3	4,5	7	4,6	9
DF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,4	3	5,2	6	4,0	5

Fonte: TSE. TREs. SERPRO.

TABELA 2  
 Dispersão partidária  
 Câmara dos Deputados, estados, 1945/1994

	1945	1950	1954	1958	1962	1966	1970	1974	1978	1982	1986	1990	1994
RO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,90	0,90	0,60	0,80
AC	-	-	-	-	0,95	1,00	0,90	0,85	1,00	1,00	0,67	0,95	0,83
AM	0,87	0,80	0,85	0,74	0,93	0,85	0,80	0,95	0,85	1,00	0,83	0,90	0,80
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	0,78	0,64
PA	0,63	0,80	0,77	0,93	0,88	0,70	0,80	0,85	0,95	0,95	0,53	0,57	0,57
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,80	0,62	0,80
TO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,70	1,00
MA	0,85	0,63	0,70	0,70	0,60	0,70	0,65	0,60	0,65	0,70	0,83	0,55	0,56
PI	0,95	0,95	0,80	0,80	0,93	0,60	0,65	0,60	0,50	0,85	0,87	0,73	0,83
CE	0,73	0,73	0,66	0,70	0,70	0,75	0,70	0,70	0,80	0,75	0,63	0,73	0,52
RN	0,77	0,83	0,93	0,80	0,93	0,50	0,85	0,90	0,90	0,90	0,80	0,78	0,73
PB	0,85	0,90	0,78	0,90	0,87	0,90	0,90	0,90	0,90	0,95	0,73	0,84	0,60
PE	0,56	0,54	0,45	0,55	0,52	0,70	0,70	0,80	0,90	0,95	0,70	0,60	0,49
AL	0,85	0,93	0,54	0,96	0,78	0,85	0,70	0,85	0,85	0,90	0,83	0,70	0,94
SE	0,95	0,88	0,74	0,77	0,80	0,65	0,50	0,70	0,85	0,80	0,80	0,70	0,92
BA	0,50	0,83	0,55	0,72	0,60	0,70	0,65	0,70	0,80	0,90	0,55	0,55	0,42
MG	0,68	0,73	0,62	0,78	0,53	0,75	0,70	0,90	0,95	0,67	0,33	0,67	0,62
ES	0,65	0,65	0,65	0,80	0,90	0,80	0,85	0,90	0,90	0,95	0,60	0,70	0,83
GB/DF	0,68	0,62	0,68	0,72	0,50	0,85	0,90	0,80	-	-	-	-	-

	1945	1950	1954	1958	1962	1966	1970	1974	1978	1982	1986	1990	1994
RJ	0,58	0,78	1,00	0,78	0,67	0,95	0,95	0,95	0,75	0,72	0,56	0,33	0,76
SP	0,55	0,80	0,66	0,68	0,74	0,95	0,80	0,90	0,85	0,70	0,40	0,67	0,52
PR	0,63	0,88	0,84	0,60	0,78	0,70	0,65	1,00	0,95	0,95	0,47	0,79	0,79
SC	0,75	0,83	0,77	0,77	0,83	0,70	0,85	0,95	0,95	1,00	0,80	0,68	0,88
RS	0,32	0,56	0,62	0,58	0,46	0,95	0,95	0,95	0,95	0,90	0,54	0,68	0,77
MS	-	-	-	-	-	-	-	-	0,85	1,00	0,80	0,78	0,77
MT	0,85	0,83	0,77	0,83	0,80	0,80	0,50	0,80	0,80	1,00	0,67	0,88	1,00
GO	0,85	0,77	0,87	0,55	0,68	0,90	0,90	0,90	0,95	0,85	0,60	0,64	0,51
DF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,80	0,87	0,80

Fonte: TSE

## GRÁFICO 1

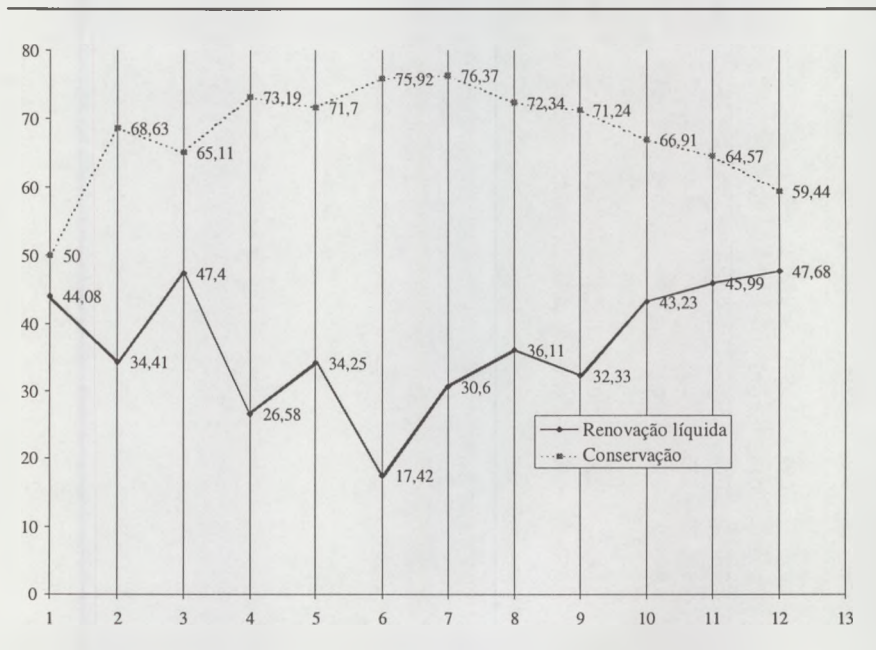
Renovação líquida e conservação  
1950-1994



TABELA 3A

Número de partidos efetivos e número de partidos nominais  
Câmara dos Deputados, estados, 1945/1994

	1945		1950		1954		1958		1962		1966		1970		1974		1978		1982		1986		1990		1994	
	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.
RO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,8	2	2,4	4	5,7	8	9,5	10	
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	1,9	2	1,9	2	1,9	2	2,0	2	2,0	2	2,1	3	1,8	2	4,0	7	4,3	6
AM	2,7	4	3,5	5	4,0	6	4,8	7	8,2	8	1,7	2	1,7	2	1,9	2	1,9	2	1,9	2	3,0	4	5,8	9	6,2	11
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,4	8	5,5	8
PA	2,4	5	2,3	3	3,2	5	4,0	6	3,4	5	1,4	2	1,7	2	1,7	2	1,9	2	1,9	2	2,4	7	6,2	9	5,8	9
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,2	8	5,6	8
TO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,6	6	3,2	4
MA	2,8	5	2,7	6	1,9	5	3,0	5	2,5	5	1,5	2	1,4	2	1,4	2	1,3	2	1,4	2	3,1	6	5,1	12	8,4	11
PI	2,1	3	2,3	4	2,4	3	3,3	4	3,4	5	1,4	2	1,4	2	1,3	2	1,2	2	1,8	2	2,5	3	3,6	6	3,4	7
CE	2,9	5	2,5	4	3,6	4	4,4	6	3,2	7	1,6	2	1,4	2	1,4	2	1,6	2	1,6	2	2,7	5	5,1	14	4,4	11
RN	1,9	2	4,2	6	3,3	5	2,8	4	2,7	4	1,1	2	1,7	2	1,8	2	1,8	2	1,8	2	2,7	3	3,8	6	3,4	7
PB	2,1	4	3,4	7	3,4	7	3,6	5	5,4	7	1,8	2	1,8	2	1,7	2	1,7	2	1,9	2	2,7	3	4,4	6	2,9	6
PE	3,1	6	3,5	8	4,8	8	6,2	11	3,8	8	1,5	2	1,5	2	1,7	2	1,8	2	1,9	2	3,2	6	6,1	11	3,7	8
AL	2,6	4	2,9	5	3,3	5	3,4	4	5,7	7	1,7	2	1,6	2	1,7	2	1,7	2	1,8	2	3,7	5	5,9	8	6,8	10
SE	3,3	6	3,9	6	3,6	7	3,1	5	3,7	6	1,4	2	1,6	2	1,6	2	1,7	2	1,4	2	2,9	4	4,2	8	6,0	9
BA	2,9	6	3,8	7	6,1	9	5,3	10	6,0	11	1,4	2	1,2	2	1,4	2	1,5	2	1,8	2	2,3	6	4,9	10	6,6	12
MG	3,9	8	4,4	9	3,1	6	4,7	8	4,9	8	1,5	2	1,4	2	1,9	2	1,9	2	2,1	3	2,9	7	6,3	13	8,8	11

TABELA 3B

Número de partidos efetivos e número de partidos nominais  
Câmara dos Deputados, estados, 1945/1994

	1945		1950		1954		1958		1962		1966		1970		1974		1978		1982		1986		1990		1994		
	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	
ES	3,8	8	3,1	5	3,9	7	4,2	6	4,5	6	1,7	2	1,7	2	1,8	2	1,9	2	1,9	2	2,8	6	6,9	9	8,8	10	
GB	-	-	-	-	-	-	-	-	6,8	12	1,6	2	1,7	2	1,6	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
RJ	3,2	5	3,8	6	4,3	7	5,3	8	7,6	10	1,9	2	1,9	2	1,9	2	1,6	2	3,7	5	6,4	14	6,4	15	8,7	17	
SP	4,4	8	6,9	12	8,2	12	9,7	12	8,4	10	1,9	2	1,5	2	1,8	2	1,7	2	2,8	4	3,9	7	7,1	13	7,2	14	
PR	3,8	7	3,9	6	5,0	6	3,7	6	4,6	5	1,4	2	1,4	2	1,9	2	1,9	2	1,9	2	1,9	6	5,8	9	6,8	9	
SC	2,2	4	2,9	5	3,2	6	3,1	6	3,2	6	1,5	2	1,7	2	1,9	2	2,0	2	1,9	2	2,8	6	5,1	10	4,4	7	
RS	3,5	6	3,7	7	3,6	8	3,6	8	4,1	8	1,9	2	1,9	2	1,9	2	1,9	2	2,8	3	3,2	5	6,5	8	6,1	10	
MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,9	2	2,0	2	2,6	5	11,1	17	6,9	8	
MT	3,4	4	2,8	3	2,8	4	2,9	4	3,0	4	1,5	2	1,2	2	1,6	2	1,6	2	1,9	2	2,4	5	3,4	9	6,1	9	
GO	2,7	4	3,0	4	3,2	4	2,3	3	2,7	4	1,8	2	1,8	2	1,9	2	1,9	2	1,4	2	2,1	5	4,9	11	7,0	10	
DF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8,9	14	5,2	10

Fonte: TSE.

TABELA 4A

Dispersão partidária, Assembléias Legislativas, estados, 1947/1994

	1947	1950	1954	1958	1962	1966	1970	1974	1978	1982	1986	1990	1994
RO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,90	0,60	0,71	0,95
AC	-	-	-	-	0,95	0,95	0,95	1,00	1,00	0,70	0,90	0,57	0,72
AM	0,68	0,70	0,67	0,69	1,03	0,85	0,85	0,95	0,95	0,95	0,75	0,64	0,56
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,80	0,69
PA	0,48	0,77	0,64	0,67	0,68	0,70	0,85	0,85	0,95	0,95	0,34	0,69	0,64
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,78	0,70
TO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,60	0,80
MA	0,56	0,45	0,38	0,60	0,50	0,75	0,70	0,70	0,65	0,70	0,52	0,43	0,76
PI	0,70	0,58	0,80	0,83	0,68	0,70	0,70	0,65	0,60	0,90	0,83	0,60	0,49
CE	0,58	0,63	0,90	0,73	0,46	0,80	0,70	0,70	0,80	0,80	0,54	0,36	0,40
RN	0,95	0,70	0,66	0,70	0,68	0,55	0,85	0,90	0,90	0,90	0,90	0,63	0,49
PB	0,53	0,49	0,49	0,72	0,77	0,90	0,90	0,85	0,85	0,95	0,90	0,73	0,48
PE	0,52	0,44	0,60	0,56	0,48	0,75	0,75	0,85	0,90	0,95	0,53	0,55	0,46
AL	0,65	0,58	0,66	0,85	0,81	0,85	0,80	0,85	0,85	0,90	0,74	0,74	0,68
SE	0,55	0,65	0,51	0,62	0,62	0,70	0,80	0,80	0,85	0,70	0,73	0,53	0,67
BA	0,48	0,54	0,68	0,53	0,55	0,70	0,60	0,70	0,75	0,90	0,38	0,49	0,55
MG	0,49	0,49	0,52	0,59	0,61	0,75	0,70	0,95	0,95	0,70	0,41	0,48	0,80
ES	0,48	0,62	0,56	0,70	0,75	0,85	0,85	0,90	0,95	0,95	0,47	0,77	0,88
GB	-	-	-	-	0,57	0,80	0,85	0,80	-	-	-	-	-

TABELA 4B

Dispersão partidária, Assembléias Legislativas, estados, 1947/1994

	1947	1950	1954	1958	1962	1966	1970	1974	1978	1982	1986	1990	1994
RJ	0,64	0,63	0,61	0,66	0,76	0,95	0,95	0,95	0,80	0,74	0,46	0,43	0,51
SP	0,55	0,58	0,68	0,81	0,84	0,95	0,75	0,90	0,85	0,70	0,56	0,55	0,51
PR	0,54	0,65	0,83	0,62	0,92	0,70	0,70	0,95	0,95	0,95	0,32	0,64	0,76
SC	0,55	0,58	0,53	0,52	0,53	0,75	0,85	0,95	1,00	0,95	0,47	0,51	0,63
RS	0,58	0,53	0,45	0,45	0,51	0,95	0,95	0,95	0,95	0,93	0,64	0,81	0,61
MS	-	-	-	-	-	-	-	-	0,95	1,00	0,52	0,65	0,86
MT	0,85	0,93	0,70	0,73	0,75	0,75	0,60	0,80	0,80	0,95	0,48	0,38	0,68
GO	0,68	0,75	0,80	0,77	0,68	0,90	0,90	0,95	0,95	0,70	0,42	0,45	0,70
DF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,64	0,52

Fonte: TSE.

TABELA 5

Número de partidos efetivos e número de partidos nominais  
Câmara dos Deputados, estados, 1945/1994

	1945		1950		1954		1958		1962		1966		1970		1974		1978		1982		1986		1990		1994	
	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.	N.P.	P.E.
ES	3,8	8	3,1	5	3,9	7	4,2	6	4,5	6	1,7	2	1,7	2	1,8	2	1,9	2	1,9	2	2,8	6	6,9	9	8,8	10
N	4	2,2	5	2,9	3	2,6	5	4,2	5	3,2	2	1,7	2	1,6	2	1,9	2	1,9	2	1,9	5	1,7	10	6,4	11	6,4
NE	7	2,4	9	3,5	9	4,2	9	3,9	10	3,9	2	1,4	2	1,4	2	1,5	2	1,6	2	1,8	7	2,4	15	6,2	14	5,3
SE	9	3,5	8	4,4	9	4,9	11	5,6	12	5,6	2	1,8	2	1,7	2	1,9	2	1,9	5	3,0	10	3,4	15	9,4	16	8,9
S	5	1,6	6	3,2	7	4,2	7	3,1	7	3,8	2	1,8	2	1,7	2	1,9	2	1,9	3	2,3	5	2,1	9	6,0	10	7,4
CO	4	1,8	5	2,9	6	3,2	5	2,7	4	2,9	2	1,7	2	1,5	2	1,7	2	1,8	2	1,9	6	2,2	14	8,7	12	7,2
BR	11	2,8	12	4,1	13	4,6	12	4,5	13	4,6	2	1,6	2	1,7	2	1,9	2	2,0	5	2,4	12	2,9	19	9,0	18	8,2

Fonte: TSE.

índice de dispersão partidária efetiva sempre manteve-se remotamente aquém (excetuando-se o período autoritário 1966-1978) do máximo que poderia alcançar. Nas Tabelas 1 a 5, acima apresentadas, nota-se que essa conclusão é válida até mesmo para as Assembléias, com exceção das duas últimas eleições estaduais.

TABELA 6

Partidos parlamentarmente representados (NP), Partidos efetivos (PE),  
Dispersão partidária efetiva (DISP.EF.)

Países Seleccionados	NP	NE	DISP.EF.
Alemanha (11*)	5,27	2,62	0,53
Áustria (13)	5,23	2,26	0,47
Bélgica (15)	8,40	4,51	0,54
Canadá (15)	4,47	2,38	0,56
Dinamarca (19)	7,79	4,53	0,60
Finlândia (13)	7,54	5,03	0,68
França (14)	6,64	4,22	0,65
Holanda (13)	9,92	4,66	0,48
Inglaterra (13)	6,31	2,10	0,38
Israel (12)	12,42	4,49	0,37
Itália (11)	10,91	3,60	0,34
Luxemburgo (11)	6,36	3,45	0,58
Japão (17)	6,65	3,11	0,50
Noruega (11)	6,64	3,21	0,50
Suécia (10)	3,50	1,83	0,57
Suiça (11)	11,09	5,07	0,47
Brasil (13)	9,46	3,90	0,53
Argentina (16)	5,1	2,5	0,51
Chile (10)	7,2	5,2	0,73
Colômbia (15)	2,3	2,0	0,88
Equador (6)	11,2	5,8	0,52
México (10)	5,2	1,7	0,36
Uruguai (10)	4,6	2,7	0,59

\*Número entre parêntese indica nº de eleições consideradas).

*Dispersão Parlamentar Efetiva (DISP.EF.) = PE/NP.*

*Fontes: Scott Mainwaring & Timothy R. Scully (eds.), Building Democratic Institutions - Party Systems in Latin America, California, Stanford University Press, 1995. Tomas T. Mackie & Richard Rose (eds.), The International Almanac of Electoral History, 3ª edição, London, Macmillan, 1991. TSE, TRES e SERPRO.*

Em verdade, a crença de que o sistema partidário brasileiro é patologicamente atomizado sustenta-se não mais do que em algum preconceito e muita propaganda interessada. Comparem-se os valores brasileiros com o que revela a experiência de outros países, europeus e não europeus, estáveis ou não estáveis. (ver tabela 6)

A imagem da tresloucada Itália sai-se muito melhor ao apresentar baixíssimo índice de dispersão efetiva (igual a 0,34, inferior, portanto, ao índice de 0,38 da Inglaterra), quando comparada com as imagens bem comportadas da Dinamarca e da Finlândia (respectivamente, 0,60 e 0,68). Na América Latina, a diferença entre os índices chileno, colombiano e equatoriano, por exemplo, não pode ser responsável (não exclusivamente, pelo menos) pelas diversas peripécias institucionais por que passaram os três países. A governabilidade do parlamento e, por extensão, dos países, não autoriza conclusões sobre a estabilidade ou instabilidade institucional de qualquer um deles. E o impacto das eleições, origem de tudo que se segue, dá-se, limitadamente, na estrutura da representação.

A cada eleição legislativa, apresentam-se candidatos à confirmação no posto que já ocupam ou a ocupá-lo no lugar de outro. Entre os que se candidatam a substituí-los, encontram-se alguns que já ocuparam uma das vagas e, por algum motivo, tiveram a carreira interrompida. Ao considerar pares de eleições sucessivas não se levará em consideração a diferença entre estreantes, estrito senso, e tentativas de retorno, sendo os dois grupos considerados "novos". Relevante será a distinção entre vagas disputadas sem a participação de quem detinha o posto (conjunto de desistentes, ou taxa de mortalidade da representação) e vagas disputadas por quem já fora escolhido na eleição imediatamente anterior. Computacionalmente, as taxas de renovação líquida listadas na Tabelas 7, 8 e 9, a seguir, têm por base a renovação bruta (número de nomes novos em relação à representação anterior), descontada do número de substitutos de desistentes (renovação compulsória) e do número devido a eventuais aumentos no tamanho da representação (renovação vegetativa). As taxas de conservação referem-se ao número de reeleitos sobre o número de recandidatos; por isso, na Tabela 7, a seguir, elas não somam 100,0.<sup>13</sup>

Não conheço hipótese sobre o composto ótimo entre renovação e conservação, constituindo juízo de senso comum, entretanto, que os extremos de *total renovação* e *total conservação* não são ideais, perdendo o primeiro em memória e experiência e restando, ao segundo, estímulos a inovações de origem estritamente endógena. Se uma representação completamente estreante se arrisca a desencontros por afoiteza, no extremo oposto, outra,

TABELA 7

Renovação líquida por estado e eleição:  
Brasil, Câmara dos Deputados, 1950-1994

	50-45	54-50	58-54	62-58	66-62	70-66	74-70	78-74	82-78	86-82	90-86	94-90
RO	-	-	-	-	-	-	-	-	12,50	20,00	57,14	14,29
AC	-	-	-	-	40,00	0,00	100,00	25,00	0,00	40,00	42,86	100,00
AM	33,33	40,00	66,67	60,00	50,00	40,00	33,33	50,00	25,00	14,29	60,00	60,00
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	33,33	66,67	0,00	83,33
PA	60,00	0,00	33,33	50,00	33,33	28,57	20,00	57,14	22,22	35,71	71,43	50,00
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	100,00	0,00	66,67
TO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20,00
MA	83,33	57,14	40,00	11,11	36,36	20,00	14,29	33,33	33,33	30,00	12,50	53,85
PI	25,00	66,67	0,00	57,14	75,00	50,00	60,00	75,00	50,00	37,50	50,00	37,50
CE	25,00	44,44	50,00	30,00	21,43	16,67	28,57	22,22	44,44	66,67	46,67	62,50
RN	75,00	33,33	25,00	50,00	0,00	25,00	25,00	33,33	0,00	25,00	20,00	42,86
PB	80,00	16,67	60,00	37,50	42,86	0,00	25,00	20,00	28,57	12,50	50,00	37,50
PE	30,00	28,57	12,50	46,67	45,45	5,26	0,00	12,50	27,27	50,00	58,33	41,67
AL	50,00	50,00	80,00	50,00	33,33	0,00	33,33	25,00	33,33	20,00	57,14	33,33
SE	50,00	25,00	0,00	33,33	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	80,00	100,00
BA	46,67	53,85	83,33	20,00	53,33	22,22	50,00	30,77	21,05	61,11	68,42	44,44
MG	48,00	35,71	52,94	25,93	41,18	16,67	41,67	22,22	27,27	50,00	45,45	52,17
ES	40,00	40,00	50,00	40,00	33,33	16,67	20,00	66,67	28,57	50,00	50,00	28,57



GB	41,67	41,67	62,50	30,00	14,29	6,67	25,00	-	-	-	-	-
RJ	38,46	45,45	20,00	9,09	15,38	6,67	45,45	17,14	62,96	50,00	55,56	60,87
SP	41,67	41,38	56,00	23,53	38,24	30,56	44,83	31,03	42,42	68,42	61,11	39,53
PR	57,14	8,33	45,45	15,00	58,33	46,67	15,79	52,63	33,33	33,33	28,00	36,84
SC	28,57	25,00	28,57	22,22	42,86	9,09	16,67	45,45	25,00	18,18	33,33	41,67
RS	35,29	21,43	62,50	27,78	12,50	6,25	12,50	61,54	33,33	40,00	56,25	55,00
MS	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	50,00	33,33	80,00
MT	80,00	20,00	33,33	0,00	40,00	16,67	16,67	0,00	40,00	14,29	50,00	40,00
GO	25,00	0,00	20,00	14,29	33,33	12,50	28,57	25,00	22,22	28,57	36,36	33,33
DF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20,00	50,00

Fonte: TSE, TREs, SERPRO. Elaboração LEEX.

TABELA 8

Renovação líquida por estado e eleições:  
Brasil, Assembléias Legislativas, 1950-1994

	50-45	54-50	58-54	62-58	66-62	70-66	74-70	78-74	82-78	86-82	90-86	94-90
RO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29,41	5,00	50,00
AC	-	-	-	-	55,56	37,50	50,00	7,14	27,27	56,25	25,00	50,00
AM	16,67	43,75	52,38	50,00	38,46	28,00	41,67	30,00	18,18	55,00	53,33	53,33
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	82,35
PA	13,04	32,00	63,16	40,91	28,00	34,37	26,32	46,67	19,23	30,77	50,00	50,00
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	81,82
TO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40,00
MA	3,85	47,83	64,29	52,00	40,00	53,57	33,33	33,33	36,00	48,39	53,57	57,69
PI	15,79	38,89	44,44	17,86	45,00	56,00	27,27	50,00	14,29	33,33	71,43	31,25
CE	8,33	40,00	34,48	31,43	44,12	21,62	31,25	21,74	31,82	51,85	40,00	34,62
RN	8,00	53,85	16,67	30,77	36,84	25,00	17,65	36,36	38,46	57,14	46,15	54,55
PB	3,57	47,62	50,00	45,45	50,00	22,22	17,65	66,67	31,25	52,94	34,62	47,62
PE	9,76	25,00	56,10	36,84	40,00	23,81	29,41	42,86	33,33	42,86	48,48	36,00
AL	18,18	38,10	56,52	55,56	40,00	12,00	11,11	16,67	25,00	30,77	47,06	35,29
SE	21,74	27,27	61,11	57,89	38,10	24,00	20,83	25,00	15,38	26,67	69,23	26,67
BA	8,33	38,24	50,00	47,06	43,33	25,00	17,39	36,36	28,95	43,24	9,76	22,50
MG	6,12	25,49	36,59	30,19	41,46	39,58	18,52	21,88	35,29	38,78	12,24	68,57
ES	8,33	36,36	50,00	33,33	32,00	56,25	21,43	35,71	19,05	47,37	36,00	37,50

GB	-	-	-	-	22,86	15,79	35,00	28,30	-	-	-	-
RJ	5,88	17,95	45,16	42,50	19,15	40,00	39,13	26,67	57,45	55,77	17,65	52,27
SP	1,96	19,57	36,92	34,33	45,45	36,14	39,02	26,92	34,78	50,00	36,00	28,57
PR	12,50	34,78	34,78	22,22	25,93	13,33	28,57	50,00	33,33	43,75	32,35	50,00
SC	0,00	18,52	34,78	18,18	45,00	25,93	21,74	45,45	23,81	30,30	25,00	40,00
RS	0,00	18,75	35,71	36,36	20,00	26,09	15,38	31,25	46,43	47,39	5,26	44,83
MS	-	-	-	-	-	-	-	-	17,65	50,00	47,06	50,00
MT	9,09	14,29	19,05	40,00	17,65	33,33	0,00	31,25	35,71	16,67	42,11	31,25
GO	3,85	14,29	33,33	32,14	20,83	17,86	4,55	26,67	40,00	16,67	8,11	41,67
DF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	69,23

Fonte: TSE, TREs, SERPRO. Elaboração LEEX.

por ausência de desafios, inclina-se à inércia. Em nenhum dos dois casos, contudo, estar-se-á tratando de *estabilidade institucional*, mas de *eficácia parlamentar*.

A história do último meio século brasileiro expôs o parlamento a conturbações exógenas e endógenas de intensidade variada. Também experimentou períodos em que o crescimento econômico era conspícuo, e em outros lento, nulo ou, mesmo, negativo. Pelo Executivo passaram fanáticos servos da Constituição (Eurico Dutra), fanáticos inimigos da Constituição (Jânio Quadros), tolerantes como JK e José Sarney, inflexíveis em seu autocratismo, como Ernesto Geisel, enigmáticos como Getúlio Vargas e João Goulart. Perturbações políticas sem conta, golpes mal sucedidos (Aragças, Jacareacanga, renúncia de Jânio Quadros), o de 64, vitorioso, *malgré lui-même*, o parlamentarismo imposto (em 1961) e derrubado duas vezes em plebiscito (em 1963 e, trinta anos depois, em 1993), reforma política à socapa, de engenharia apressada (escrevo em abril de 1997), instaurada pela coerção de leis não referendadas, e uma subversão institucional em escala jamais conhecida no mundo democrático. O que, em todos os países, tomou século e mais de século para decantar, sedimentar e converter-se em lei, está sendo imposto ao país por um punhado de parlamentares levianos (contenho os adjetivos) como seleta de *delikatessen* para desfrute domin-gueiro.

Debite-se a inevitável desordem próxima a qualquer causa, menos a oscilações temperamentais do eleitorado ou ao balanço renovação/conservação característico do parlamento brasileiro. O que a evidência indica, muito ao contrário, é que, não obstante *todas* as variações anteriormente mencionadas, o equilíbrio entre renovação e conservação parlamentar (Câmara Federal) mantém-se de maneira extraordinária, à exceção de um resultado claramente excêntrico (a taxa de renovação líquida 1970-1966). Os ritmos de renovação e conservação oscilam, igualmente, pouco, e têm por testemunhas os desvios-padrão das médias de ambas as taxas, em meio século de eleições legislativas ininterruptas.

É pouco provável que se devam ao acaso resultados semelhantes, quando utilizamos as mesmas medidas para as representações estaduais na Câmara Federal e para as Assembléias Legislativas dos estados.

À exceção da discrepância entre os desvios-padrão de renovação líquida e conservação da região Norte, na representação federal (*mas não na série regional*), repete-se o mesmo fenômeno de relativa constância nas séries das médias e desvios, entre as regiões, ademais da proximidade das taxas de dispersão dentro das regiões, entre as regiões (ver Tabelas 9 e 10).

TABELA 9

Taxa de renovação líquida e conservação,  
 média e desvio padrão, por regiões, Câmara dos Deputados, 1950-1994 (%)

	50-45		54-50		58-54		62-58		66-62		70-66		74-70		78-74		82-78		86-82		90-86		94-90		X-RL	s-RL	X-Con	s-Con
	RL Cons	RL Con	RL Con	RL Con	RL Con	RL Con	RL Con	RL Con	RL Con	RL Con	RL Con	RL Con	RL Con	RL Con	RL Con	RL Con	RL Con	RL Con	RL Con	RL Con	RL Con	RL Con	RL Con					
N	42,86	53,85	22,22	85,71	40,00	50,00	26,32	61,54	35,29	62,50	21,05	66,67	30,00	78,57	38,89	58,82	17,24	78,26	37,84	46,15	35,71	31,03	50,00	58,70	33,12	9,85	60,98	15,23
NE	46,97	58,67	41,54	66,25	50,00	65,91	35,14	70,45	37,50	70,33	13,79	80,33	34,00	77,03	27,27	82,56	28,00	77,89	40,48	66,34	51,81	61,26	49,46	55,77	38,00	11,24	69,40	8,65
SE	42,86	41,79	40,85	64,63	50,00	65,22	24,14	76,92	30,86	75,25	18,63	74,32	39,13	71,58	38,27	70,75	43,82	67,23	56,88	49,18	53,85	53,72	46,88	64,84	40,51	11,44	64,62	11,00
S	38,71	42,86	16,67	78,26	46,15	64,71	21,28	67,74	34,29	73,33	21,43	74,29	14,63	86,05	53,49	62,90	31,48	62,22	32,69	63,83	37,74	54,55	45,10	53,06	32,81	12,33	65,32	11,82
CO	55,56	50,00	9,09	80,00	25,00	77,78	10,00	91,67	35,71	58,33	14,29	77,78	23,08	72,73	10,53	81,82	21,05	76,47	21,21	53,33	35,71	56,52	45,83	60,71	25,59	14,86	69,76	13,35

Fonte: TSE, TREs, SERPRO.

TABELA 10

Taxa de renovação líquida e conservação,  
média e desvio padrão, por regiões, Assembleias Legislativas, 1950-1994 (%)

	50-45	54-50	58-54	62-58	66-62	70-66	74-70	78-74	82-78	86-82	90-86	94-90																
	RL Cons	RL Con	RL Con	RL Con	RL Con	RL Con	RL Con	RL Con	RL Con	RL Con	RL Con	RL Con	X-RL	s-RL	X-Con	s-Con												
N	14,63	81,25	36,59	63,41	57,50	54,00	31,37	65,96	36,17	69,64	32,31	50,00	34,29	61,29	28,21	71,05	20,83	79,59	41,77	50,75	25,49	61,76	57,14	53,28	34,69	12,86	63,50	10,54
NE	10,25	84,38	38,70	63,22	48,56	55,81	40,00	63,97	41,78	67,36	28,62	66,08	22,82	80,46	35,63	71,36	29,19	73,91	44,39	62,50	41,36	57,08	37,06	66,36	34,86	10,60	67,71	8,60
SE	5,06	90,36	23,42	67,54	40,37	58,33	26,86	63,89	33,00	69,68	36,99	54,95	32,00	53,65	38,61	71,94	39,86	65,29	48,54	52,02	20,00	67,19	44,58	58,66	32,44	12,06	64,46	10,47
S	3,64	87,88	23,17	75,00	35,14	72,04	25,81	68,42	27,59	70,73	21,79	53,79	22,62	77,65	40,00	75,22	35,29	70,00	40,78	54,84	20,00	71,01	45,12	64,42	28,41	11,50	70,08	9,35
CO	6,25	82,35	14,29	76,92	26,19	64,52	35,42	55,26	19,51	77,78	25,00	56,67	2,63	95,83	29,03	77,50	32,79	57,45	25,00	70,21	26,03	45,71	45,57	48,57	23,98	12,04	67,40	15,18

Fonte: TSE, TREs, SERPRO.

O preconceito de que são vítimas o eleitorado e o sistema partidário brasileiros é produto de complexa linha de montagem. Nela, acomodam-se imperícia e etnocentrismo analíticos, particularmente anglo-saxão, ignorância ou interesse dos analistas nativos, inclinação popular, em *todas* as sociedades, independente de estágio econômico ou estirpe, para a depreciação ocasional e superficial de suas instituições (ignoro em que sociedade os políticos são, em seu conjunto, considerados boa companhia, não obstante ninguém desejar destruir o Congresso) e, finalmente, os próprios políticos, a disfarçar com sete véus de equívocos a assustadora realidade da competição.

O sistema brasileiro é competitivo. Sempre o foi, equilibradamente, como se viu, pelo lado da demanda por renovação. Não obstante os antigos “currais” eleitorais, o patrimonialismo e o distributivismo cartorial, sempre houve probabilidade razoavelmente elevada de renovação, transformada, para muitos, em cruel realidade de derrota eleitoral. O outro lado da moeda, o da oferta de competição, apareceu, depois do intervalo militar, de eleições constrangidas, como a grande novidade da política brasileira. Se o eleitorado sempre esteve disposto a consagrar, com moderação, novos representantes, as opções de escolha mudaram drasticamente de patamar nas duas últimas eleições.

A disputa é dura, a reeleição é possível, mas a indeterminação é suficiente para obrigar os parlamentares a comportamento não muito caprichoso durante e *depois* do período eleitoral. Não são patológicos os escândalos parlamentares de corrupção ou de falta de decoro. Eles existem onde existem riqueza e poder a conquistar ou redistribuir e estímulos à concupiscência: nas instituições representativas, nas organizações privadas e nas boas famílias — aqui, em Boston ou Tóquio. Patológica tem sido a impunidade das transgressões, mas para corrigir isso não é necessário fazer *retroceder* a competitividade do sistema, diminuir seu grau de incerteza, a fim de elevar a probabilidade de vitória dos oligarcas, entre os quais, de resto, não há carência de gatunos e promíscuos.

Sem dúvida, pelo menos duas características do sistema brasileiro devem ter suas conseqüências embutidas nos resultados: coalizões em eleições legislativas e a regra de listas abertas (o eleitor vota na legenda ou no nome do candidato e são eleitos, por ordem de votos, os que completem o número de cadeiras conquistadas pela coligação). As coligações, por certo, interferem nas taxas de conservação e de renovação. O impacto da regra de listas abertas requer estudos específicos. Ao assumir, para efeito de argumentação, que o sistema brasileiro fosse de listas fechadas ou permitisse

aos eleitores alteração na ordem estabelecida pelos partidos, ainda seria possível estimar as taxas de renovação e conservação comparando-se diretamente derrotados e reeleitos como proporção da representação. Denominei o resultado de “elasticidade-renovação” da representação e os resultados estão nas Tabelas 11 a 16, para Câmara Federal e Assembleias Legislativas.

Considerando os resultados obtidos, concluo que permaneceriam válidas as seguintes proposições, inferidas da análise anterior:

1. O sistema partidário propicia e o eleitorado brasileiro aproveita as oportunidades de oxigenar a vida política, ao renovar parte importante da representação, em nível federal e estadual. É o que lhe cabe fazer.
2. A retomada do curso normal da competição, encerrado o ciclo autocrático, expôs os candidatos à vida política e a um eleitorado enormemente crescido, no entretanto, imediatamente mobilizado, o que implicou considerável aumento no número de *elegíveis* e, pois, de *competidores*.

Em medida tosca, observe, nas Tabelas 17 a 19, o número médio de candidatos por vaga em alguns países de democracia de boa reputação e a evolução dessa medida em comparação com o Brasil.

Em conclusão, parece que se não existem reclamações sérias quanto à capacidade de a elite política ser renovada, se se deixa o eleitorado livre, a competição por vaga nesse seleto clube transfere-se, no Brasil, do vagão em que se acomodava junto aos excludentes Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e Bélgica, para a companhia da Áustria, Dinamarca, Itália, Holanda, Noruega e Finlândia. Nenhum sistema eleitoral-partidário está isento de crítica e de motivos para aperfeiçoamentos. O sistema brasileiro não é exceção à regra geral, mas parece que, aqui, tentam inovar nos lugares errados. Salvo melhor juízo.



TABELA 11

Renovação eleitoral:  
Brasil e Regiões, Câmara dos Deputados, 1950-1994  
derrotados/representação

	50/45	54/50	58/54	62/58	66/62	70/66	74/70	78/74	82/78	86/82	90/86	94/90
N	0,29	0,10	0,29	0,24	0,22	0,15	0,17	0,33	0,18	0,30	0,41	0,29
NE	0,28	0,25	0,25	0,22	0,20	0,09	0,19	0,14	0,17	0,23	0,28	0,30
SE	0,33	0,24	0,26	0,17	0,16	0,12	0,22	0,23	0,25	0,37	0,33	0,27
S	0,30	0,13	0,25	0,21	0,18	0,13	0,10	0,29	0,21	0,21	0,26	0,30
CO	0,36	0,07	0,13	0,07	0,24	0,10	0,18	0,10	0,14	0,22	0,24	0,27
BR	0,31	0,21	0,25	0,19	0,18	0,11	0,18	0,21	0,20	0,28	0,31	0,29

TABELA 12

Conservação eleitoral:  
Regiões e Brasil, Câmara dos Deputados, 1950-1994  
Reeleitos/Representação

	50/45	54/50	58/54	62/58	66/62	70/66	74/70	78/74	82/78	86/82	90/86	94/90
N	0,33	0,57	0,29	0,38	0,37	0,30	0,61	0,48	0,64	0,26	0,18	0,42
NE	0,40	0,48	0,49	0,53	0,47	0,36	0,63	0,66	0,59	0,45	0,45	0,38
SE	0,24	0,45	0,48	0,56	0,48	0,35	0,55	0,55	0,51	0,36	0,38	0,49
S	0,23	0,45	0,46	0,44	0,49	0,38	0,60	0,50	0,34	0,37	0,31	0,34
CO	0,36	0,29	0,47	0,73	0,33	0,33	0,47	0,43	0,46	0,25	0,32	0,41
BR	0,31	0,46	0,47	0,53	0,46	0,35	0,58	0,56	0,51	0,37	0,37	0,42

TABELA 13

Elasticidade — renovação da representação:  
Regiões e Brasil, Câmara dos Deputados, 1950-1994  
renovação eleitoral/conservação eleitoral

	50/45	54/50	58/54	62/58	66/62	70/66	74/70	78/74	82/78	86/82	90/86	94/90
N	0,86	0,17	1,00	0,63	0,60	0,50	0,27	0,70	0,28	1,17	2,22	0,70
NE	0,70	0,51	0,52	0,42	0,42	0,24	0,30	0,21	0,28	0,51	0,63	0,79
SE	1,39	0,55	0,53	0,30	0,33	0,35	0,40	0,41	0,49	1,03	0,86	0,54
S	1,33	0,28	0,55	0,48	0,36	0,35	0,16	0,59	0,61	0,57	0,83	0,88
CO	1,00	0,25	0,29	0,09	0,71	0,29	0,38	0,22	0,31	0,88	0,77	0,65
BR	1,00	0,46	0,54	0,37	0,39	0,32	0,31	0,38	0,40	0,76	0,83	0,68

Fonte: TSE, TREs, SERPRO.

TABELA 14

Renovação Eleitoral:  
Brasil e Regiões, Assembléias Legislativas, 1950-1994  
derrotados/representação

	50/45	54/50	58/54	62/58	66/62	70/66	74/70	78/74	82/78	86/82	90/86	94/90
N	0,09	0,22	0,34	0,24	0,21	0,24	0,27	0,20	0,15	0,30	0,27	0,35
NE	0,07	0,23	0,31	0,25	0,22	0,18	0,14	0,21	0,18	0,26	0,27	0,21
SE	0,03	0,16	0,28	0,26	0,19	0,25	0,17	0,19	0,24	0,32	0,16	0,28
S	0,03	0,14	0,19	0,17	0,17	0,12	0,14	0,19	0,19	0,27	0,13	0,25
CO	0,05	0,10	0,18	0,27	0,12	0,19	0,02	0,15	0,25	0,16	0,21	0,32
BR	0,05	0,19	0,27	0,24	0,20	0,20	0,15	0,19	0,20	0,27	0,21	0,27

TABELA 15

Conservação Eleitoral:  
Regiões e Brasil, Assembléias Legislativas, 1950-1994  
reeleitos/representação

	50/45	54/50	58/54	62/58	66/62	70/66	74/70	78/74	82/78	86/82	90/86	94/90
N	0,39	0,39	0,40	0,46	0,48	0,24	0,42	0,50	0,59	0,31	0,25	0,39
NE	0,37	0,40	0,39	0,44	0,46	0,36	0,59	0,52	0,51	0,43	0,35	0,42
SE	0,32	0,33	0,39	0,46	0,43	0,31	0,53	0,50	0,45	0,35	0,33	0,40
S	0,22	0,41	0,48	0,37	0,40	0,46	0,49	0,57	0,45	0,33	0,33	0,45
CO	0,23	0,32	0,32	0,34	0,41	0,25	0,45	0,51	0,34	0,38	0,18	0,30
BR	0,33	0,38	0,40	0,43	0,44	0,34	0,53	0,52	0,47	0,37	0,31	0,40

TABELA 16

Elasticidade — Renovação da Representação:  
Regiões e Brasil, Assembléias Legislativas, 1950-1994  
renovação eleitoras/conservação eleitoral

	50/45	54/50	58/54	62/58	66/62	70/66	74/70	78/74	82/78	86/82	90/86	94/90
N	0,23	0,58	0,85	0,52	0,44	1,00	0,63	0,41	0,26	0,97	1,07	0,88
NE	0,19	0,58	0,79	0,56	0,48	0,51	0,24	0,40	0,35	0,60	0,75	0,51
SE	0,11	0,48	0,71	0,57	0,44	0,82	0,32	0,39	0,53	0,92	0,49	0,70
S	0,14	0,33	0,39	0,46	0,41	0,25	0,29	0,33	0,43	0,82	0,41	0,55
CO	0,21	0,30	0,55	0,81	0,29	0,76	0,04	0,29	0,74	0,42	1,19	1,06
BR	0,16	0,50	0,69	0,56	0,44	0,60	0,28	0,37	0,43	0,73	0,67	0,67

TABELA 17

Ordem decrescente de países  
de acordo com o tamanho do Parlamento  
média e desvio padrão do número médio de candidatos por vaga 1955-1991

Código	País e n° de eleições	X	s
1	Irlanda (10)	1,96	0,22
2	Holanda (9)	5,94	0,97
3	Noruega (8)	10,70	1,15
4	Dinamarca (13)	4,08	0,59
5	Áustria (10)	5,96	0,06
6	Finlândia (9)	4,32	0,37
7	Bélgica (8)	3,39	0,76
8	Alemanha (13)	2,70	0,37
9	Brasil (13)	3,40	1,56
10	EUA (16)	1,85	0,02
11	Itália (7)	5,67	1,07
12	Inglaterra (7)	2,73	0,20

Fonte: Richard S. Katz and Peter Mair (eds.), *Party Organization - A Handbook 1960-90*, London, SAGE Publications.

Elaboração LEEX.

TABELA 18  
 Número médio de candidatos por vaga,  
 por Regiões e por eleição  
 Brasil, Câmara dos Deputados, 1945/1994

	1945	1950	1954	1958	1962	1966	1970	1974	1978	1982	1986	1990	1994	X	s
N	3,7	2,7	3,0	2,5	2,7	2,4	2,3	2,0	3,0	3,4	3,3	7,5	4,2	3,28	1,4
NE	5,4	2,6	2,2	2,3	2,3	1,9	1,9	1,9	2,1	2,3	3,2	5,1	4,6	2,91	1,3
SE	6,3	4,3	4,3	3,8	3,6	2,5	2,7	2,5	3,0	4,1	8,5	9,7	7,2	4,81	2,4
S	5,5	4,0	3,6	3,0	2,8	2,1	2,1	1,7	2,7	3,4	4,3	7,4	5,4	3,69	1,6
CO	2,5	3,1	2,3	2,6	2,2	2,0	2,0	2,0	2,4	3,3	3,4	8,9	5,9	3,28	2,0
BR	5,5	3,5	3,1	3,0	3,0	2,2	2,8	2,1	2,6	3,3	5,2	7,6	5,7	3,82	1,7

Fonte: TSE, TREs, SERPRO.

TABELA 19

Número médio de candidatos por vaga,  
por Regiões e por eleição, média e desvio padrão,  
Brasil, Assembleias Legislativas, 1947/1994

	1947	1950	1954	1958	1962	1966	1970	1974	1978	1982	1986	1990	1994	X	s
N	1,7	1,6	4,2	5,8	5,2	2,8	3,7	3,2	3,8	3,0	5,2	11,0	7,8	4,54	2,6
NE	1,6	1,6	2,5	3,8	4,0	2,5	2,4	2,4	2,9	5,0	5,0	8,0	6,2	3,68	1,9
SE	1,6	1,7	2,2	7,0	7,6	3,3	4,2	3,5	3,7	4,8	12,0	7,2	10,3	5,32	3,3
S	1,7	1,6	2,4	5,3	5,3	2,6	2,7	2,7	3,2	3,0	2,5	6,4	6,0	3,49	1,6
CO	1,6	1,5	2,3	2,8	3,0	2,3	2,4	2,3	3,5	2,8	4,4	6,8	7,4	3,32	1,8
BR	1,6	1,6	2,5	5,0	5,4	2,8	3,2	2,8	3,3	3,3	7,0	10,9	7,6	4,38	2,7

Fonte: TSE, TREs, SERPRO.



## Notas

1. A distância que vai do uso corrente da palavra ao complexo problema de “mensuração” pode ser apreciado por consulta a Otis Dudley Duncan (1984).

2. Cf. Kenneth Bollen (1993). Reconhecido investigador dos problemas da democracia, Bollen, quanto mais sofisticada o instrumental, mais envolvido em “armadilhas” termina. Este laborioso artigo tem por desenlace a classificação de 125 países conforme o índice de democracia política por ele proposto, em dois pontos do tempo (1960 e 1965), dos quais 7 ficaram iguais, 74 pioraram e 24 melhoraram (não há informação completa para 15). Todos os índices se assemelham aos citados, casualmente, no texto, isto é, de significado inescrutável: a Inglaterra, por exemplo, piorou de 99,3 para 99,1, enquanto a Turquia melhorou de 59,1 para 76,4! É difícil encontrar outro juízo para semelhantes exercícios senão o de desperdício.

3. A distinção entre *democracia*, como ideal regulador, e *poliarquia*, como aproximações empíricas, proposta por Dahl, tem sido extremamente útil. É de estranhar, por conseguinte, que veterano fabricante de rótulos, Philippe Schmitter, acuse-a de não permitir mais precisão do que “democracia”. Ver Philippe Schmitter & Terry Lynn Karl. (1996:49) Aliás, em recente alquimia, não apenas a definição proposta é inaproveitável, como são igualmente improdutivas as quase-hipóteses derivadas de mais uma tipologia, a que aparece em Philippe Schmitter. (1996b)

4. Refiro-me à literatura tipológica arquiconhecida e sucessivamente substituída pelo mesmo grupo de autores e que tentam tratar de “ruptura”, “transições”, “consolidações” e toda uma série de pseudoconceitos que nada esclarecem. Os últimos rebentos de série são “democracia delegada”, de Guilherme O’Donnell (cap. 7 de Diamond e Plattner, cit.) e “democracia interina”, em Yossi Shain & Juan Linz. (1995)

5. Ver Bruce Cain, John Ferejohn, Morris Fiorina (1987); Benjamin Page & Robert Shapiro (1992). O conceito de cultura cívica foi recuperado para análise e ingrediente da participação; ver Sidney Verba, Kay L. Schlozman & Henry Brady (1995); Sidney Verba, Kay L. Schlozman & Henry Brady (1995).

6. Para discussão estritamente conceitual, ver Pitkin, Hanna (1967). Eulau e associados, por exemplo, catalogaram três tipos de representantes, com base em investigações sobre um grupo de políticos: aqueles para os quais o

mandato os torna *delegados*; aqueles para os quais o mandato é nacional e não específico de um grupo e finalmente os *políticos*, que ora aceitam um ora outro papel. Cf. Eulau, Heinz; Wahlke, J. C.; Buchanan, W., Ferguson L. (1996). O assunto é retomado por Eulau (1966). Indispensáveis a qualquer estudo sobre representação política são também John Heinz, Edward Laumann, Robert Nelson e Robert Salisbury (1993) e a exemplar homenagem da sofisticação metodológica a serviço da relevância que é *Political Representation in France*, de Philip Converse e Roy Pierce (1986).

7. Eleitorado de carisma, claro, é aquele que vota na figura do político independentemente do partido, ou qualquer serviço prestado pelo político; eleitorado cartorial, usando expressão sugerida por Hélio Jaguaribe, é o que vota em troca de favores prestados pelo representante, sobretudo com recursos públicos.

8. Assim, a afirmação que segue é provavelmente excessiva: "*The normal vote construct enjoys a theoretical rationale and a sound operational base for this task. And as is perhaps the true proof of the pudding, when put to use it leads to empirical findings of clear theoretical intelligibility*". (Converse, 1966:33) Sendo o uso do conceito eficaz principalmente na análise da mudança de voto, fica-se sem saber, todavia, se tal mudança é prioritariamente uma mudança de partido ou uma renovação de representação com repercussões partidárias. Nesse último caso, é claro que os realinhamentos partidários podem ser menos estáveis do que se poderia supor.

9. Distinções no eleitorado pertencem afinal ao senso comum dos analistas. Com outros objetivos, Austin Ramney (1968) chegou a distinguir oito tipos diferentes de eleitores, em função de fatores motivacionais.

10. Em outro trabalho (1992) apresento tipologia mais agregada para efeito de entendimento do fenômeno da abstenção, voto branco e nulo.

11. Versão mais complexa e completa do modelo encontra-se em W. G. dos Santos (1971), cuja formulação foi estimulada pelo projeto de tese de Fernando José Costa, então meu orientador, tese que jamais desenvolveu, tendo falecido em exílio português. Registro aqui homenagem à memória de sua promissora carreira.

12. O arquivo de dados que sustenta a análise foi constituído ao longo dos últimos quatro anos, contando com exclusivo apoio do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Contribuíram com sua existência, Simone Cluber Araújo, Robert Pinho, Giovana Linhares e Rogério Schmitt, aos quais agra-

deço.

13. Do arquivo constam, ademais dos resultados aqui apresentados, aque-

les relativos ao peso ponderado da renovação líquida  $\frac{\text{reeleitos}}{\text{recandidatos}}$  na

composição agregada da renovação bruta

$RENB = RENL + RENC + RENV$ ,

sendo  $RENB$  o total de “novos” na representação e  $RNL$ ,  $RENC$  e  $RENV$  a contribuição percentual de cada uma para  $RENB$ . Este último aspecto não será tratado neste artigo.

### Abstract

*The analysis of the relation between electoral behaviour and party systems reveals characteristics of the representative system in Brazil, at state and federal levels. The article demonstrates how precise methodologies with the use of statistical data can deepen the understanding of Brazilian political life. The author's main conclusion is that the party system in Brazil provides — and the people take advantage of — the opportunities for oxygenating political life by renewing a considerable part of the representation, at state and federal levels.*

### Résumé

*L'analyse des rapports entre comportement électoral et le système des partis révèle les caractéristiques du système représentatif au Brésil, aux niveaux fédéral et des états de la fédération. L'article démontre comment des méthodologies précises, avec l'emploi de données statistiques, peuvent approfondir l'étude de la vie politique brésilienne. La conclusion principale de l'auteur est que le système des partis brésilien propicie — et le peuple en profite — des opportunités d'oxygéner la vie politique en renouvelant une grande partie de la représentation, tant au niveau fédéral qu'à celui des états de la fédération.*

## Referências bibliográficas

- Arthur, W. Brian. (1996) *Increasing Returns and Path Dependence in the Economy*, The University of Michigan Press.
- Bollen, Kenneth. (1993) "Political Democracy: Conceptual and Measurement Traps", in Alex Sidney Verba, Kay L. Schlozman & Henry Brady, (1995) *Voice and Equality - Civic Voluntarism in American Politics*, Harvard University Press.
- Cain, Bruce; Ferejohn, John; e Fiorina, Morris. (1987) *The Personal Vote - Constituency Service and Electoral Independence*, Harvard University Press, 1987.
- Campbell et alli. *The American Voter*.
- Campbell, A.; Miller, W. e Stokes, D. (1966) "The Concept of a Normal Vote", in P. Converse (ed.) *Elections and the Political Order*, Wiley & Sons.
- Converse, P. (1966) "The Concept of a Normal Vote", in P. Converse, A. Campbell, W. Miller e D. Stokes, *Elections and the Political Order*, Wiley & Sons.
- Converse, Philip e Pierce, Roy. (1986) *Political Representation in France*, Harvard University Press.
- Downs, Anthony; Buchanan, James e Tullock, Gordon. (1962) *The Calculus of Consent - Logical Foundations of Constitutional Democracy*, Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- Duncan, Otis Dudley. (1984) *Notes on Social Measurement - Historical and Critical*, N.Y.: Russell Sage.
- Ekelund Jr., Robert e Tollison, Robert. (1981) *Mercantilism as a Rent-Seeking Society*, Texas University Press.
- Eulau, Heinz. (1966) *Micro-Macro Dilemmas in Political Science*, University of Oklahoma Press, 1996.
- Eulau, Heinz. (1966) *Micro-Macro Dilemmas in Political Science*, University of Oklahoma Press.

- Eulau, Heinz; Wahlke, J. C.; Buchanan, W., Fergusson L. (1996) "The Role of the Representative: Some Empirical Observations on the Theory of Edmund Burke", in Heinz Eulau (ed.) *Political Behavior in America — New Directions*, Random House.
- . (1966) "The Role of the Representative: Some Empirical Observations on the Theory of Edmund Burke", in Heinz Eulau (ed.) *Political Behavior in America — New Directions*, Random House.
- Green, Donald e Shapiro, Ian. (1994) *Pathologies of Rational Choice Theory*, Yale University Press.
- Grofman, Bernard. "Political Economy: Downtian Perspectives", in Robert Goudin e Hans-Dieter Klingemann (eds.), *A New Handbook of Political Science*, Oxford University Press.
- Heinz, John; Laumann, Edward; Nelson, Robert e Salisbury, Robert. (1993) *The Hollow Core*, Harvard University Press.
- . (1993) *The Hollow Core*, Harvard Un. Press, 1993
- Inkeles. (ed.) (1991) *On Measuring Democracy - Its Consequences and Concomitants*, New Bruswick: Transaction Publishers (second printing,).
- Lazarsfeld, Paul; Berelson, B.; e Gaudet, H. *The People's Choice*, 3ª edição, Columbia University Press.
- McCormick, Robert E. e Tollisson, Robert D. (1981) *Politicians, Legislation, and the Economy*, Boston: Martinus Nijhoff.
- Michels, H. (1965) *First Lectures in Political Sociology*, Harper.
- Olson Jr. , Mancur. *The Logic of Collective Action*, Harvard University Press, 1964.
- Page, Benjamin e Shapiro, Robert. (1992) *The Rational Public*, The University of Chicago Press.
- Pitkin, Hanna. (1967) *The Concept of Representation*, University of California Press.
- . (1967) *The Concept of Representation*, University of California Press.

- Ramney, Austin. (1968) "The Concept of Party", in O. Garceau, *Political Research and Political Theory*, Harvard University Press.
- Santos, Wanderley Guilherme dos. (1992) "Paradoxos do Voto", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 20, outubro.
- \_\_\_\_\_. (1971) "Eleição, Representação, Política Substantiva", *Dados*, 8.
- \_\_\_\_\_. (1971), "Eleição, Representação, Política Substantiva", *Dados*, 8.
- \_\_\_\_\_. (1992) "Paradoxos do Voto", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 20, outubro.
- Schmitter, Philippe. (1996b) "The Influence of the International Context Upon the Choice of National Institutions and Policies in Neo-Democracies", in Laurence Whitehead (ed.), *The International Dimensions of Democratization*, Oxford University Press.
- Schmitter, Philippe e Karl, Terry Lynn. (1996) "What Democracy is... and Is Not", in Larry Diamond & Marc Plattner (eds.), *The Global Resurgence of Democracy* (second edition), The John Hopkins University Press.
- Shain, Yossi e Linz, Juan. (1995) *Between States - Interim Governments and Democratic Transitions*, Cambridge University Press.
- Sodré, Alcindo. (1933) *A Gênese de Desordem*, Schmidt Editor.
- Sperber, Dan. (1996) *La Contagion des Idées*, Paris: Editions Odile Jacob.
- Tullock, Gordon. (1974) *The Social Dilemma*, The Center for the Study of Public Choice, George Mason University.
- Verba, Sidney; Schlozman, Kay L. e Brady, Henry. (1995) *Voice and Equality - Civic Voluntarism in American Politics*, Harvard University Press.